



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo PROAD nº 602/2018

1 - UNIDADE REQUISITANTE: Divisão de Infraestrutura de TI

2 - OBJETO: Contratação de garantia para 02 (dois) roteadores Cisco ASR1001 pelo período de 12 meses, prorrogável por iguais períodos.

3 - CONTRATAÇÃO.

3.1 - MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Os roteadores Cisco ASR1001 são responsáveis pelo roteamento de borda provendo conectividade com redes externas inclusive internet. Referidos equipamentos estão atualmente sem garantia e sem atualização de software.

Qualquer defeito técnico ou falha de atualização de firmware envolvendo esses equipamentos representa riscos à segurança de TI e à disponibilidade de sistemas e serviços de TI. A rede do TRT7 ficaria, na hipótese de defeito nos roteadores, desconectada da internet e da rede que interliga com o TST.

Pela criticidade da função realizada por esses equipamentos, a utilização dos mesmos sem garantia representa grande risco, motivo pelo qual faz-se necessária a contratação de extensão de garantia.

3.2 -. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

Os benefícios a serem alcançados são:

- garantir a segurança da rede de computadores do TRT7;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- garantir a conectividade com as redes externas, inclusive internet;
- garantir a disponibilidade dos sistemas de TI;
- garantir o reparo e rápido retorno a operação normal dos equipamentos roteadores.

3.3 - CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

A presente contratação atende ao **Objetivo Estratégico nº 5** – Garantir a infraestrutura de TI que suporte o negócio – garantir a adequação da infraestrutura de TI, envolvendo a aquisição, disponibilização e manutenção dos ativos de rede, microinformática, sistemas e aplicativos, que sustentam os serviços de TI necessários à prestação jurisdicional e ao **Objetivo Estratégico nº 3** – Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC – Assegurar a confiabilidade, a integridade e a disponibilidade das informações, dos serviços e dos sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

3.4 - AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES

ESTIMATIVA DE VOLUME DE SERVIÇOS OU BENS		
LOTE 1		
Id	Descritivo	Forma de Estimativa
1	Contratação de extensão garantia para 02 (dois) roteadores Cisco ASR1001 pelo período de 12 meses, renovável por iguais períodos.	Quantidade necessária a atender a demanda do TRT7 e garantir a disponibilidade dos 2 (dois) equipamentos.

Não é necessária a divisão em lotes em razão de haver somente um item.

3.5 - CRITÉRIOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E CULTURAIS ADOTADOS

Serão exigidos os critérios constantes do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - CSJT 5.2.1 "a" a "f" e "h".



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

3.6 - NATUREZA DO SERVIÇO (SE CONTINUADO OU NÃO) E TIPAGEM (COMUM OU NÃO)

- a) Bens e serviços comuns de acordo com a Lei nº 10520/2002 e os decretos 3555/2000 e 5450/2005;
- b) Trata-se de serviços continuados.

3.7 - REFERÊNCIAS A ESTUDOS PRELIMINARES

Foram realizados estudos preliminares com o levantamento das soluções disponíveis no mercado a fim de verificar o objeto que melhor atendesse a necessidade da administração, bem como a análise dos valores estimados e das possíveis soluções, os quais apontaram a contratação da extensão de garantia para os roteadores já existentes como sendo a mais vantajosa.

3.8 - RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE A SER CONTRATADA

Será necessário contratar a extensão de garantia dos 2 (dois) roteadores CISCO ASR-1001 que são atualmente os únicos roteadores de borda em operação no TRT.

3.9 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- a) Bens e serviços comuns de acordo com a Lei nº 10520/2002 e os decretos 3555/2000 e 5450/2005;
- b) Não existem meios para o fornecimento direto;
- c) Bens e serviços de informática nos termos do inciso IV do artigo 16-A da Lei nº 8248/91.
- d) não se aplica o Decreto nº 8.186/2014;
- e) É assegurado o direito de preferência das microempresas e empresas de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

pequeno porte, como critério de desempate, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, artigos 44 e 45.

4 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA GARANTIA

4.1 - A garantia deverá ser prestada pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais períodos, contados da assinatura do contrato;

4.2 - Deverá ser prestada garantia na modalidade SMARTNET 24 horas CISCO para os componentes de hardware e software, englobando serviços de manutenção, suporte técnico e atualização de versão de software, para 2 (dois) roteadores Cisco ASR-1001 pertencentes ao TRT 7 com os seguintes componentes:

Componentes do Roteador 1	Detalhamento
NAME: "Chassis", DESCR: "Cisco ASR1001 Chassis w/o IDC"	PID: ASR1001-4X1GE , VID: V04, SN: SSI175004F9
NAME: "Power Supply Module 0", DESCR: "Cisco ASR1001 AC Power Supply"	PID: ASR1001-PWR-AC , VID: V02, SN: MP5174800HE
NAME: "Power Supply Module 1", DESCR: "Cisco ASR1001 AC Power Supply"	PID: ASR1001-PWR-AC , VID: V02, SN: MP5174800HG
NAME: "Fan Tray", DESCR: "Cisco ASR1001 Fan Tray"	PID: ASR1001-FANTRAY , VID: , SN:
NAME: "module 0", DESCR: "Cisco ASR1001 SPA Interface Processor"	PID: ASR1001-4X1GE , VID: , SN:
NAME: "SPA subslot 0/0", DESCR: "4-port Gigabit Ethernet Shared Port Adapter"	PID: ASR1001 , VID: , SN:
NAME: "subslot 0/0 transceiver 0", DESCR: "1000BASE BX10-D"	PID: GLC-BX-D , VID: A0 , SN: B161027015



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

NAME: "subslot 0/0 transceiver 1", DESCR: "GE T"	PID: SP7041-E , VID: E , SN: MTC174702XQ
NAME: "subslot 0/0 transceiver 2", DESCR: "GE T"	PID: SP7041-E , VID: E , SN: MTC1747057P
NAME: "subslot 0/0 transceiver 3", DESCR: "GE T"	PID: SP7041-E , VID: E , SN: MTC17470561
NAME: "SPA subslot 0/2", DESCR: "4-port Gigabit Ethernet Integrated Daughter Card"	PID: ASR1001-IDC-4XGE , VID: V04, SN: JAE174907NL
NAME: "module R0", DESCR: "Cisco ASR1001 Route Processor"	PID: ASR1001-4X1GE , VID: V04, SN: JAE18020DMR
NAME: "module F0", DESCR: "Cisco ASR1001 Embedded Services Processor"	PID: ASR1001-4X1GE , VID: , SN:
M-ASR1K-1001-8GB	SN: SVR13421710

Componentes do Roteador 2	Detalhamento
NAME: "Chassis", DESCR: "Cisco ASR1001 Chassis w/o IDC"	PID: ASR1001-4X1GE , VID: V04, SN: SSI175004AW
NAME: "Power Supply Module 0", DESCR: "Cisco ASR1001 AC Power Supply"	PID: ASR1001-PWR-AC , VID: V02, SN: MP5174800WZ
NAME: "Power Supply Module 1", DESCR: "Cisco ASR1001 AC Power Supply"	PID: ASR1001-PWR-AC , VID: V02, SN: MP5174800X0
NAME: "Fan Tray", DESCR: "Cisco ASR1001 Fan Tray"	PID: ASR1001-FANTRAY , VID: , SN:
NAME: "module 0", DESCR: "Cisco ASR1001 SPA Interface Processor"	PID: ASR1001-4X1GE , VID: , SN:
NAME: "SPA subslot 0/0", DESCR: "4-port Gigabit Ethernet Shared Port Adapter"	PID: ASR1001 , VID: , SN:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

NAME: "subslot 0/0 transceiver 0", DESCR: "GE T"	PID: SP7041-E , VID: E , SN: MTC1747057H
NAME: "subslot 0/0 transceiver 1", DESCR: "GE T"	PID: SP7041-E , VID: E , SN: MTC174702ZB
NAME: "subslot 0/0 transceiver 2", DESCR: "GE T"	PID: SP7041-E , VID: E , SN: MTC174705AK
NAME: "subslot 0/0 transceiver 3", DESCR: "GE T"	PID: SP7041-E , VID: E , SN: MTC174702ZR
NAME: "SPA subslot 0/2", DESCR: "4-port Gigabit Ethernet Integrated Daughter Card"	PID: ASR1001-IDC-4XGE , VID: V04, SN: JAE17480HE3
NAME: "module R0", DESCR: "Cisco ASR1001 Route Processor"	PID: ASR1001-4X1GE , VID: V04, SN: JAE180200MB
NAME: "module F0", DESCR: "Cisco ASR1001 Embedded Services Processor"	PID: ASR1001-4X1GE , VID: , SN:
M-ASR1K-1001-8GB	SN: SVR13421E4A

4.3 - Deverão estar cobertas pela garantia quaisquer atualizações de firmware e software disponibilizadas pelo fabricante.

4.4 - A empresa contratada devesse fornecer número de telefone 0800, e-mail e site para contatar a Central de Atendimento da CISCO (TAC), com funcionamento em regime 24x7.

4.5 - A Central de Atendimento deverá fazer a abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter os devidos registros destes.

4.6 - No momento da abertura do chamado, será informada a prioridade para o atendimento de acordo com as seguintes definições:

Prioridade 1: Equipamento inoperante. Atendimento técnico imediato e escalonamento para o Gerente de engenharia do cliente após 1 hora;

Prioridade 2: Equipamento com desempenho degradado afetando o uso dos sistemas. Atendimento técnico imediato e escalonamento para o Gerente de engenharia do cliente após 4 horas;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Prioridade 3: Equipamento com desempenho degradado ou sinal de alerta, mas sem afetar o uso dos sistemas. Encaminhamento da solicitação para atendimento técnico e escalonamento para o Gerente de engenharia do cliente após 72 horas;

Prioridade 4: Solicitação de informações relacionadas a instalação, configuração ou recursos do equipamento. Encaminhamento da solicitação para atendimento técnico e escalonamento para o Gerente de engenharia do cliente após 96 horas.

4.7 - O escalonamento para o Gerente de Engenharia especializado CISCO será solicitado pelo TRT7, através da fiscalização do contrato, quando o técnico da Contratada não resolver o incidente no tempo estipulado.

4.8 - Após a identificação do problema e constatada a necessidade de troca de peça(s) ou equipamento, a mesma deverá ser entregue, no máximo, em até 24 (vinte e quatro) horas.

4.9 - O serviço de substituição de peças ou componentes deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo feriados;

4.10 - Toda peça ou equipamento será substituída(o) sem ônus para o TRT7

4.11 - A peça ou equipamento substituída(o) deverá ser novo ou equivalente, com as devidas garantias do fabricante.

4.12 - A empresa contratada deverá, ainda, enviar ao fiscal do contrato, quando solicitado pelo TRT7, documento em que conste a identificação dos chamados, data e hora de início e término dos atendimentos, descrição dos serviços executados e indicação das peças ou componentes eventualmente substituídos.

4.13 - Os serviços de reparo dos equipamentos defeituosos serão executados "*on site*" (TRT 7 - Divisão de Infraestrutura de TI - Rua Vicente Leite, 1281- 3º andar - CEP 60.170-150 -Fortaleza - CE), ou em outro edifício do TRT onde os equipamentos estiverem instalados, dentro da cidade Fortaleza.

4.14 - No caso de troca de equipamento e/ou perda de configuração, a empresa contratada será responsável por prestar o auxílio necessário ao TRT7 para o reestabelecimento das configurações.

4.15 - Todos os custos relativos ao deslocamento de técnicos, eventual transporte de componentes e equipamentos, dentre outros, correrão exclusivamente por conta da empresa contratada, independentemente do local do atendimento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.16 - Deverá ser fornecido ao TRT7 acesso direto à base de dados de conhecimento do fabricante dos equipamentos. Base esta que contenha informações, orientações e assistência para instalação, desinstalação, configuração e atualização de firmware e software, aplicação de correções, diagnósticos, avaliações e resolução de problemas e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento dos equipamentos.

4.17 - Deverá ser comprovado o efetivo cadastramento da garantia no fabricante, mediante envio do contrato SMARTNET com o código que permita acesso à base de conhecimento e outras ferramentas de Suporte do fabricante CISCO.

5 - PRAZOS DE ATENDIMENTOS

Prazos	Prioridade			
	1	2	3	4
Início do atendimento	imediatamente	imediatamente	Em até 24 horas	Em até 48 horas
Solução definitiva	Em até 48 horas	Em até 96 horas	Em até 240 horas	Em até 240 horas

5.1 - Todos os prazos de atendimento têm como marco inicial o horário de abertura do chamado pela CONTRATANTE junto à Central de Atendimento da CISCO (TAC).

5.2 - Entende-se por início de atendimento a hora do primeiro atendimento telefônico realizado por técnico de especializado CISCO.

5.3 - Entende-se por solução definitiva a entrega de solução que elimine o problema definitivamente, restabelecendo a condição de perfeito e pleno funcionamento dos roteadores Cisco ASR-1001 no local onde estiverem instalados.

5.4 - A prioridade deverá informada pela CONTRATANTE no momento da abertura de cada chamado.

6 – CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Serão exigidos os critérios constantes do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - CSJT 5.2.1 "a" a "f" e "h" e relacionados nas obrigações da contratada.

7 - MODELO DE FORNECIMENTO DE BENS

ESTIMATIVA DE VOLUME DE SERVIÇOS OU BENS		
LOTE 1		
Id	Descritivo	Forma de Estimativa
1	Contratação de extensão garantia para 02 (dois) roteadores Cisco ASR1001 pelo período de 12 meses, renovável por iguais períodos.	Quantidade necessária a atender a demanda do TRT7 e garantir a disponibilidade dos 2 (dois) equipamentos.

8 – HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;
- b) habilitação jurídica;
- c) regularidade fiscal e trabalhista;
- d) qualificação técnica.

8.2 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF, dar-se-á mediante declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo anexo a este instrumento.

8.3. Os documentos relativos à **Habilitação jurídica** são:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4. Os documentos relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** são:

a) Prova de regularidade relativa às Fazendas Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS)

c) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.5. Para comprovação da **qualificação técnica** o licitante vencedor da etapa de lances deverá apresentar atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que forneceu garantia do tipo SMARTNET para equipamentos CISCO.

9 - LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os atendimentos presenciais referentes aos serviços de manutenção técnicas deverão ser no seguinte endereço:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Rua Vicente Leite, 1281 - Edifício Anexo II – 3º andar

Divisão de Infraestrutura de TI

Fortaleza- CE

60-170-150



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

ou em outro edifício do TRT onde os equipamentos estiverem instalados, dentro da cidade Fortaleza.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Emitir nota de empenho.
- Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;
- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada às dependências do Tribunal;
- Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência;
- Fiscalizar e acompanhar a execução contratual.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Envidar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;
- Apresentar, na data da assinatura do contrato, declaração assinada pelo representante legal da empresa indicando **preposto** para representá-la durante a execução;
- Prestar a garantia, objeto da contratação, imediatamente após a assinatura do contrato, nos termos especificados no **item 4 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA GARANTIA** do termo de referência;
- Entregar o comprovante de efetivo cadastramento da garantia no fabricante, mediante envio do contrato SMARTNET com o código que permita acesso à base de conhecimento e outras ferramentas de Suporte do fabricante CISCO, em até **20 (vinte)** dias, a contar da data de assinatura do contrato;
- Fornecer peças, serviços e materiais necessários e indispensáveis à boa execução dos serviços;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Fornecer mão de obra qualificada e suficiente para execução das tarefas pertinentes ao serviço contratado;
- Fornecer, em caso de substituição de equipamentos, peças, componentes e outros materiais necessários, sempre novos ou equivalente, homologados pelo fabricante do equipamento e possuir características iguais ou superiores ao item substituído, devendo sempre passar pela avaliação da equipe técnica do TRT7;
- Cumprir os prazos de atendimento definidos no item 5 deste Termo de Referência;
- Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com a Contratante;
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;
- Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;
- Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012;
- Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

- Manter, durante toda a execução contrato, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pela contratante, nos limites estabelecidos na lei 8666/93;
- Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

12 - RECEBIMENTO E ACEITE DOS SERVIÇOS

12.1 - Os serviços serão recebidos mensalmente de forma:

- a) **provisória**, no ato do recebimento da nota fiscal, pelo fiscal técnico do contrato responsável pelo acompanhamento dos serviços;
- b) **definitiva**, pelo gestor do contrato, com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal técnico e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

13 - FISCALIZAÇÃO

- A gestão e a fiscalização da contratação caberá aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.
- A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.
- O gestores e fiscais designados exercerem, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº. 200/2014, e tudo o mais que for necessário visando o adequado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

- As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.
- A gestão e a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- As informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada poderão ser prestados através do telefone **85 3388.9201**.

14 - FORMA DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado mensalmente, na conta bancária fornecida pela empresa, mediante a apresentação de nota fiscal, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com as Fazendas Federal (Tributos e Contribuições Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social), Estadual e Municipal, com a Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- A CONTRATADA deverá indicar no corpo da nota fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
- Caso seja constatada alguma irregularidade na nota fiscal, esta será devolvida à CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

15 - DO CONTRATO E SUA VIGÊNCIA

- A contratação será formalizada por contrato para todos os efeitos legais.
- O contrato terá vigência de 12 meses a partir de sua assinatura, renovável por iguais períodos nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8666/93.

16 - REGIME DE EXECUÇÃO

Regime de empreitada por preço global, visto que a presente contratação tem objeto definido e possui quantidade de serviço previamente delimitada.

17 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O pagamento será efetuado mensalmente.

18 - PENALIDADES

- a) Advertência**, nos casos de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) multa**, no percentual de **0,5% (cinco décimos por cento)** por hora, calculada sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de atraso no início do atendimento de cada chamado técnico, cujo prazo está descrito no **item 5**, limitada a 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato;
- c) multa**, no percentual de **0,5% (cinco décimos por cento)** por hora, calculada sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de atraso na conclusão do chamado técnico, ou seja, na entrega da solução definitiva, cujo prazo está descrito no **item 5**, limitada a 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato;
- d) multa**, no percentual de **15% (quinze por cento)**, calculada sobre o valor da parcela não



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

executada, na hipótese de inexecução parcial do Contrato;

e) multa, no percentual de **20% (vinte por cento)**, calculada sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução total do Contrato;

f) multa, no percentual de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do contrato, nos demais casos de descumprimento contratual;

g) Se os atrasos de que tratam o itens **b)** e **c)** ultrapassarem o prazo de 60 (sessenta) horas e 240 (duzentos e quarenta) horas, respectivamente, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

18.1 A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou *e-mail*.

19 – VALOR DA CONTRATAÇÃO:

ORÇAMENTO DETALHADO			
LOTE 1			
Id	Descritivo	Valor mensal	Valor anual
1	Contratação de extensão garantia para 02 (dois) roteadores Cisco ASR1001 pelo período de 12 meses, renovável por iguais períodos.	R\$ 3.686,71	R\$ 44.240,52

Critério de aceitabilidade de preços: Os preços, tanto mensal quanto anual, correspondem ao máximo que este TRT se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desconsideradas.

20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente desta contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste Regional.

